

## Percepção de risco e medo do crime na caracterização do espaço físico e social

José Almeida Brites<sup>1</sup>

A existência humana prolonga-se num quadro de coordenadas espaço-temporais (Giddens, 1991), factores determinantes da constituição e do desenvolvimento das aglomerações sociais. A anomalia que nasceu com as inurbanidades e incivilidades das cidades, acentuada e solidificada no seu desenvolvimento, possibilita uma percepção realista na pessoa, de que existe e onde actua simultaneamente, estabilidade (espaços centrais e protegidos e.g., condomínios fechados) e insegurança (espaços marginais, periféricos e desvalorizados e.g., bairros). Esta dicotomia de bom-mau, vai originar imobilidade e isolamento na pessoa, inviabilizando-a de determinadas reacções comportamentais, promovendo o medo. O medo aumenta a separação espacial e vocifera a exclusão exacerbada: segregação. Ao longo deste artigo procuraremos compreender a génese da ruptura homem-meio ambiente.

PALAVRAS-CHAVE: Percepção de risco, Medo do crime, meio-ambiente, psicologia e urbanismo.

Algumas tribos tibetanas, ao viverem nas encostas do Himalaia, vêm-se obrigadas a migrar em certas épocas do ano. Na época tropical vivem uma vida descontraída nas planícies, onde as condições de vida são acessíveis: as restrições quase inexistentes e os perigos praticamente nulos. Todavia, na outra estação, quando estes povos sobem para as zonas mais altas da montanha, acima de 3000 metros, o meio geográfico torna-se mais constrangedor: aqui, os perigos da altitude e as dificuldades do terreno provocam uma maior coesão da tribo. O grupo estreita os seus relacionamentos e endurece a sua cultura; os gestos, assim como as funções sociais e sexuais, são rigorosamente codificados (Cyrulnik, 1983).

De forma a harmonizar o espaço desconhecido, do lugar sem referência, o homem sente necessidade em personalizá-lo, conferindo-lhe uma dupla significação: primeiro, por rituais de nomeação e de dominação (Jézéquel, 2004) segundo,

---

<sup>1</sup> Faculdade de Psicologia – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias – de.almeida.brites@gmail.com

pelo sentimento de pertença e preservação que lhe imputará (Brites, 2010; Foster, Giles-Corti, & Knuiman, 2010).

Historicamente, na segunda metade do século XX, o Positivismo deixou de ser o paradigma dominante, o modelo causal deixa de ser linear para passar a assumir propriedades circulares, i.é., onde causa e efeito se influenciam reciprocamente. Altman (1975), define a sua perspectiva em sistemas holísticos e dinâmicos, onde pessoa e meio físico exibem relações e influências recíprocas.

Às silhuetas baixas dos edifícios, vivendas e quintas que caracterizavam as cidades, vieram impor-se perfis urbanísticos marcados pelo gigantismo vertical, quando as características urbanas se afirmaram e os migrantes povoaram as cidades (Foster, & Giles-Corti, 2008). Neste contínuo urbano, amontoado de pessoas e, por forma, a responder ao seu exponencial crescimento, emergem os bairros agigantados num profundo conjunto de contrastes (Foster et al., 2010). Inicialmente situados nas periferias das cidades, outrora mais pequenas e que hoje expandidas os fazem situar no seu centro, também marcado pelos seus interstícios: terrenos públicos, lotes que não foram transaccionados, espaços de cultivo, quintas que prolongaram resistências, abrindo espaços para outro tipo de ocupação, baixa e irregular nos contornos físicos, formalmente ilegal, mas envolta numa clandestinidade tolerada. São os seus ocupantes que colocam em prática um processo de urbanização espontâneo e transformam campos em bairros de construções precárias e este, por sua vez, num espaço residencial complexo composto por edifícios de alvenaria de tijolo com cercas entre dois e três andares, muitos deles inacabados, ainda em bruto e preparados para a construção de novos anexos. Assim, surgem os bairros abarracados que se começaram a expandir dentro e fora das grandes cidades, de modo impetuoso e desorganizado.

O novo estatuto de proprietário confere na pessoa alterações psicofisiológicas ao nível do seu comportamento. Se, como é imaginável, o domínio desencadeia um sentimento de satisfação e conforto, simultaneamente radica na pessoa uma renovada motivação e determinação que será investida na defesa e na manutenção do espaço físico (Brites, 2001). São, portanto, nestes espaços que se geram os quotidianos e se reconstroem sociabilidades (Foster et al., 2008). É também aqui que se dão parte das erupções de violência e se vai moldando um território onde a maleabilidade do passado tem alguma dificuldade em conviver com a rigidez do presente, com tensões e conflitos constantes. Trata-se, portanto, de um espaço descontínuo, em correspondência com a própria visualidade do mundo simbólico (Brites, 2010; Foster et al., 2010).

Compreender quais as razões e motivações que estão na génese das inurbanidades e incivilidades sociais. É, portanto, objectivo do presente trabalho. Porque se escolhe um determinado lugar em prejuízo de outros? Porque se prefere o

meio urbano, como espaço central valorizado ao rural (espaço marginal, periférico e desvalorizado)? Porque se multiplicam e valorizam os espaços físicos fechados, que confinam os seus condóminos a dezenas de metros quadrados, espalhando-se com todo o tipo de equipamentos sociais, luxuosos e morderiais mas, funcionando como um espaço totalitário, encerrado em si mesmo, e se secundarizou o conceito de bairro e de vizinhança, um espaço mais aberto, trazido e desenvolvido por diversas comunidades migratórias, onde se enraizava, brotava e aperfeiçoava as mais diversas trocas de experiências nas relações intra e interpessoais?

Serão estes motivos meramente de estatuto social, económico, geográfico ou cultural, tão aclamado como necessário ao sentimento de pertença e de segurança na vida em sociedade ou é o próprio meio, como o conhecemos, que já não atrai as pessoas, dando-lhe um significado de não lugar, funcionando como paliativo nas escolhas realizadas?

Estas serão todavia, algumas das muitas questões que se procuraram compreender e responder em investigações de natureza teórica e empírica. Mas, se para umas as respostas parecem de fácil compreensão e quase de genuíno senso comum outras há, que não têm uma clarificação tão espontânea e de resposta linear.

Nas sociedades modernas, espaço e tempo coincidem amplamente, na medida em que não perderam o sentido da relação centro-periferia. A relação centro-periferia estende-se no próprio espaço urbano. Através da História, cada tipo de sociedade dá origem à sua forma específica de centralidade, que assume uma função simbólica e de serviços. Este espaço parece determinado por critérios como a religião, a política, a cultura e a economia. A centralidade da sociedade capitalista confere-lhe um duplo carácter: lugar de consumo e consumo de lugar (Fernandes, 1992). O neo-capitalismo reforça-lhe as valências, abrilhantando-o como centro principal de decisão. O centro urbano reveste-se assim de lugar de consumo e de decisão. Nessa medida, adquire um alto grau de complexidade onde “os espaços sociais ligam-se a tempos e ritmos sociais” (Lefebvre, 1974, p.21). Com tais elementos constroem-se as cidades e a sua própria identidade.

As dimensões espaciais da sociabilidade são, para a maioria da população, e para quase todos os efeitos, dominadas pela presença em actividades localizadas. O advento da modernidade arranca crescentemente o espaço de tempo, fomentando relações, localmente distantes de qualquer situação dada ou na interacção face a face. Em condições de modernidade, o espaço torna-se cada vez mais fantasmagórico, i.é., os locais são completamente trespassados e moldados em termos de influências sociais. O que estrutura o espaço não é simplesmente o que está presente: a ‘forma visível’ do local oculta as relações distanciadas que determinam a sua natureza. É uma representação que resulta de uma apreensão sensorial e

imagética da realidade. O homem, na sociedade tradicional, não vive num universo de coisas, mas de seres dotados de vida ou a que a vida se empresta.

Antes de actuar é necessário conhecer, não nos é possível imaginar qualquer que seja o espaço sem fronteiras nem marcações; agir pressupõe sempre um diagnóstico pessoal, social, económico, cultural, ambiental e político (Espírito Santo, 2001). Tornando o espaço conhecido é possível determiná-lo como bom ou perigoso. Por constituir um potencial de perigo, o desconhecido é portador de ameaça (Jézéquel, 2004).

Deste modo, não é de admirar que toda a acção do comportamento humano se associe, com o objectivo último, na procura de uma melhor qualidade de vida que, na maioria das vezes, se assombra com as características e percepção das opiniões em massa, do conceito de moda que vigora, ou da propagação agigantada dos mass media em torno de conceitos como risco e insegurança de determinado espaço físico.

Factualmente o direito à escolha transvaza na percepção social que os Outros fazem, diz-me onde moras e os espaços que frequentas e dir-te-ei como és ou quem és?

Na tentativa de uma melhor compreensão para estas questões emerge, na década de 60 a Psicologia Ambiental, cujo objectivo se centra no estudo das transacções entre o homem e os seus settings físicos, considerando que o homem não pode ser isolado do seu meio. O espaço deixa de ser visualizado como uma entidade exterior que teria em si mesmo características e formas próprias, passando a um conjunto de matrizes no seio das quais se desenrola toda a existência humana (Fischer, 1994).

Bronfenbrenner (1994), propulsor da Teoria Ecológica do Desenvolvimento Humano, apresenta um modelo integrativo das transacções homem-cenários ambientais, sejam físicos e/ou sociais, a partir da inter-conexão entre sistemas progressivamente envolventes desde: os microssistemas, onde se processam padrões de actividade, papéis e relações interpessoais em cenários ambientais dotados de propriedades materiais particulares; os mesossistemas, que interconectam os vários microssistemas, onde a pessoa participa directamente; os exossistemas que, por sua vez, constituem cenários abrangentes dos mesossistemas e que os influenciam, mas onde a pessoa não intervém directamente, embora por eles seja envolvida; e por fim, os macrossistemas, que aglomeram os sistemas infra-ordenados e se situam ao nível da cultura, dos grandes sistemas de valores e crenças, ou dos enormes quadros civilizacionais onde a pessoa se integra.

Apoiados neste modelo, técnicos, investigadores e teóricos de diferentes áreas do saber, rascunham novos diagnósticos, esboçam novos modelos de intervenção

e de prevenção e desenvolvem projectos onde espaços físicos aprazíveis e endémicos são sinónimo de melhor qualidade de vida (Vigdor, 2010), ladeados por enormes espaços verdes, fortalecidos numa perspectiva holística e pluridisciplinar, procurando satisfazer o elixir do bem-ser e, por conseguinte, a aceitação social, abandonando a posição, outrora defendida, da eloquência do Bairro, do conceito de vida em comunidade e respectivo sentimento de bem estar.

Desenvolvem-se deste modo, novos espaços urbanísticos, muitos deles espaços de não pertença, desenraizados de uma cultura específica, prevalecendo uma mescla de vários traços arquitectónicos, cujo objectivo é meramente ostentar fortuna e voluptuosidade, para um pequeno nicho de pessoas, que mais não fazem que desenvolver processos de uma nova estigmatização social, camuflada em condomínios e espaços físicos designados de condomínios privados, que procuram verter uma melhor qualidade de vida para a pessoa, traduzida em maior conforto e mais segurança, adornada de designs exclusivos adaptados e importados de outras urbes com tradição no requinte e luxúria (Foster et al., 2010; Schneider, & Kitchen, 2007; Vigdor, 2010).

Tudo advém e gira em torno de ambientes altamente diferenciados, ricos em estímulos visuais, acústicos, recheados de objectos simbólicos, que dirigem ou determinam os processos interpretativos e as escolhas dos sistemas de regras dos seus actores. O ambiente simplificado das experiências sociopsicológicas conduz inevitavelmente à irresolúvel ambiguidade da interpretação (Vala & Monteiro, 2002).

Não obstante, ainda que, de forma paradoxal, desenvolvem-se colossais assimetrias entre os diversos actores e os seus settings físicos. Abu-Ghazze (1999), refere que o design das cidades, bairros e ruas, tem um efeito profundo sobre o comportamento humano e na forma como se estabelecem os laços comunicacionais (relações sociais). A inserção de uma pessoa num lugar não pode ser isolada do seu meio, pois é nele que se desenrola toda a existência humana (Fischer, 1994), acrescentando ainda que o ambiente actua sobre o ser humano e este age sobre os factores espaciais que o determinam (Barracho, 2001).

Mas que factores nos influenciam e como o fazem? Como será que percebemos o ambiente que nos rodeia? O que nos faz sentir bem num determinado local e o que nos faz ter receio de ser vítima de um crime ou de comportamentos violentos noutros lugares? Que características do ambiente físico nos despertam esses medos?

Em 2005, Rogan, O'Connor e Horwitz, referem que alterações no ambiente ecofísico têm impacto na identidade do espaço físico e no significado de domínio que a pessoa atribui a esse mesmo espaço, havendo uma complexa e íntima relação

entre as pessoas e o ambiente em que vivem e trabalham. Os espaços originam significados pessoais de aprendizagem e de crescimento pessoal, sendo que, a sua degradação física, reflectir-se-á em adulterações, que obrigará o homem a novas adaptações físicas e sociais. Manzo (2005), menciona que as relações emocionais das pessoas com os espaços estão em constante mudança, num fenómeno dinâmico e consciente. O significado atribuído desenvolve-se através de emoções e experiências sociais. O que gera um bom ou mau atributo a um determinado espaço físico é a experiência de vivência nesse local específico ou em locais com características semelhantes. O autor acrescenta ainda que a dinâmica de exclusão e a criação de espaços de pertença tem um elevado efeito na relação emocional das pessoas com os lugares.

Mesch (2000), através de um estudo que tinha como objectivo relacionar a percepção de risco com o medo do crime, concluiu que podemos entender o risco percebido como o reconhecimento de que certos factores do meio: perfil das casas, ermos, ruas sujas e escuras e bairros degradados possuem um potencial de perigo na ocorrência de crimes, aumentando a sua intensidade com o solstício do sol e, por conseguinte, quanto maior for o risco percebido, maior será o conceito de vitimação, interferindo com o bem estar subjectivo das populações, podendo mesmo, na maioria das vezes, tornar-se numa problemática maior, que a do próprio crime (Farrall, Bannister, Ditton & Gilchrist, 2000).

Austin, Furr e Spine (2002) referem que a própria estrutura das casas (betão e tijolos) e sua localização (meio central e urbano) se encontram associadas a um entendimento de maior segurança e de satisfação. Os inquiridos sentem-se mais seguros, relativamente a fenómenos da natureza e de possíveis actos criminosos, em locais cuja localização central permite melhores acessos de fuga e de assistência. Por sua vez, os bairros mais deteriorados aumentam quer os níveis de insatisfação quer os níveis de insegurança (Vigdor, 2010). Estes autores concluem ainda que, as incivildades físicas, como o lixo no chão, espaços devolutos e degradados, afectam negativamente a percepção de segurança, aumentando os índices do medo do crime (Whitley & Prince, 2005).

Mais recentemente, Dunstan et al, (2005) referem que factores como actos de vandalismo, graffiti nas paredes, lixo no chão, carros abandonados, casas e jardins descuidados, grades nas janelas, locais pouco iluminados e falta de espaços verdes contribuem para uma baixa reputação do espaço, com influência no bem estar subjectivo das pessoas (Alves & Brites, 2006; Marques & Brites, 2006) e mais associados à prática de actividades delituosas e criminais.

Félonneau (2004) analisou as vantagens e desvantagens de se viver em cidade e a forma como cada pessoa se identifica com a cidade em que vive. Concluiu que, as diversas assimetrias, incivildades e sociabilidade das cidades influenciam

negativamente a percepção e o sentimento de pertença, o que contribui para uma fraca identidade urbana. A autora refere que as inurbanidades e suas assimetrias são actos de não respeito ou de pura agressão nas pessoas e meio ambiente, activando um sentimento de declínio da ordem social e, por conseguinte, um elevado sentimento de medo. O sentimento de pertença à cidade ou ao bairro foi assim afectado negativamente pois, a cidade ideal é, neste estudo, caracterizada pelos participantes, como tranquila, com serviços e equipamentos sociais, desportivos e culturais, ladeada de espaços verdes, limpa e onde as pessoas se possam movimentar e sentir em segurança.

Assim, se por um lado, nos parece de melhor entendimento, o renovado conceito urbano de espaços totalitários, condomínios fechados e privados, que consagram todos os elementos idealizados como essenciais e necessários para uma melhor e edílica vida na cidade, conferindo mais conforto e segurança, sinónimo de qualidade de vida, por outro lado, um fraco sentimento de pertença a um local é um factor preditor importante para a prática do crime, em que os incluídos sociais erguem barreiras defensivas numa tentativa de prevenir o crime. Do outro lado os excluídos sociais, que já se encontram naturalmente isolados, são obrigados a conviver com o crime e o seu comando, que tenta a todo o custo fazer prevalecer o isolamento territorial. Tal separação fortalece o controlo, que num território demarcado, tem a prevalência sobre a ordem pública.

De facto, e segundo Perkins, Brown e Brown (2004), as incivildades podem ser símbolos importantes de que os residentes não irão proteger os seus bairros e as suas ruas em caso de ocorrência de crimes, conferindo a possibilidade ao ofensor/agressor, interpretar estes sinais como medo ou simples apatia dos seus residentes; temporalizando a sua escolha em propriedades que parecem menos protegidas (Alves & Brites, 2006; Brantingham & Brantingham 1993; Marques & Brites, 2006).

O crime parece estar assim relacionado à distribuição física das pessoas e dos objectos e à maneira como as pessoas recolhem, percebem e usam a informação sobre o ambiente físico que as rodeia, nas ruas, bairros e cidades.

Contudo, o medo do crime e suas preocupações inerentes estão altamente dependentes de características pessoais e de circunstâncias situacionais. Várias são as investigações (Brites, Miranda & Baptista, 2004; Machado, 2004) que revelam que os elevados níveis de medo do crime, pouco têm a ver com orientação política e modelos educacionais. Interferem, principalmente, características demográficas, tais como: género, idade ou estado civil; características biológicas: vulnerabilidade física e características dos espaços, que estão, por sua vez, correlacionadas com riscos objectivos, como tags e outros jactos de pintura, lixo na rua ou ausência de iluminação. Tanto as incivildades sociais, onde se inclui a prostituição, a toxi-

codependência, os gangs ou os sem abrigo, como as incivildades físicas, onde podemos encontrar os tags e outros jactos de pintura e o vandalismo, estão empiricamente ligados ao medo do crime por parte dos residentes. Os tags e graffitis na propriedade pública estão relacionados com o crime reportado, enquanto que as habitações degradadas estão relacionadas com a percepção de delinquência e com a vitimação criminal (Perkins, Wandersmann, Rich & Taylor, 1993).

Assim, o ter medo face à possibilidade de vir a ser vítima de um crime, assume uma dupla função: insegurança e isolamento. Por um lado, esta emoção ao funcionar como um estímulo externo que tende a provocar comportamentos de evitação ou fuga, leva a pessoa a tomar determinadas medidas profiláticas, reais ou disformes, de modo a sentir-se mais tranquila. Por outro lado, conduz a um isolamento físico e social, em que a pessoa se isola no seu habitat, perdendo-se toda uma troca de experiências, transmissão de saberes e no estabelecer de relacionamentos interpessoais (Whitley & Prince, 2005).

Esteves, (1999) considerou a distinção de dois tipos de noção de medo: o medo real ou concreto, no qual o sujeito receia poder vir a ser vítima de um crime numa situação concreta (frequência de determinados espaços, sentir-se ameaçado); e o medo informe ou difuso, no qual o sujeito tem medo de ser vítima de um crime não específico.

Concluiu-se, que o medo do crime não é mais do que uma reacção emocional motivada por uma sensação de perigo e ansiedade, devido à ameaça de danos físicos e sociais, sentida através de sinais existentes no meio envolvente, e que de alguma forma, se encontram associadas ao crime (Garofalo, 1981).

Se o movimento de defesa continuar concentrado na utilização de todos os artefactos que se traduzem em segurança pessoal, cada vez mais a segurança terá que ser reforçada. Mas, se envolver reconstruções, coincidirá com a premente necessidade de reinventar o próprio espaço público. Como sempre o fizeram os nossos antepassados, a exemplo das tribos que vivem nas montanhas dos Himalaias.

## Referências bibliográficas

- Abu-Ghazze, T. (1999). Housing Layout, Social Interaction, and the Place of Contact in Abu-Nuseir, Jordan. *Journal of Environmental Psychology*, 19, 41-73.
- Altman, I. (1975). *Environmental and social Behaviour: Privacy, Personal Space, Territory and Crowding*. Monterey: Brooks Cole.
- Alves, A. & Brites, J. (2006). Estudo da exposição ao medo do crime e caracterização do espaço físico. Dissertação final de curso em Psicologia Criminal e do Comportamento Desviante.



- Austin, M., Furr, A., & Spine, M. (2002). The Effects of Neighbourhood Conditions on Perceptions of Safety. *Journal of Criminal justice*, 30, 417-427.
- Barracho, C. (2001). *Psicologia Social. Ambiente e Espaço: Conceitos, Abordagens e Aplicações. Epigénese Desenvolvimento e Psicologia*. Instituto Piaget.
- Brantingham, P.L. & Brantingham, P.J. (1993). Nodes, Paths and Edges: Considerations on the Complexity of Crime and The Physical environment. *Journal of Environmental Psychology*, 13, 3-28.
- Brites, J. (2001). O paradigma ecopsicossociológico na desordem. *Sub-Judice, Justiça e Sociedade, Psicologia e Justiça: Razões e Trajectos*, 22/23, 89-90.
- Brites, J. (2010). O espaço físico na exposição ao medo do crime. *Revista de reinserção social e prova*, 6, 73-80.
- Brites, J., Miranda, R. & Baptista, A., (2004), *Natureza e Desenvolvimento do Índice do medo do Crime – IMC* In C. Machado, L. S. Almeida. M. Gonçalves & V. Ramalho (Eds). *Avaliação Psicológica: Forma e Contexto* (p. 243 – 250). Braga: Psiquilibrios Edições.
- Bronfenbrenner, U. (1994). *A Ecologia do Desenvolvimento Humano. Experimentos naturais e planejados*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Cyrulnik, B. (1983). *Mémoires de singe et paroles d'homme*. Paris: Hachette.
- Dunstan, F., Weaver, N., Araya, R., Bell, T., Lannon, S., Lewis, G., Patterson, J., Thomas, H., Jones, P., & Palmer, S. (2005). An Observation Tool to Assist With the Assessment of Urban Residential Environments. *Journal of Environmental Psychology*, 25, 293-305.
- Espírito Santo, P. (2001). *Segurança no concelho de Lisboa: resultados de um estudo de opinião*. Polícia Portuguesa: Órgão de informação e cultura da PSP, 127, 7-11.
- Esteves, A. (1999). *A criminalidade na cidade de Lisboa. Uma geografia da insegurança*. Lisboa: Edições Colibri.
- Farrall, S., Bannister, J., Ditton, J. & Gilchrist, E. (2000). Social Psychology and the Fear of Crime: Re-Examining a Speculative Model. *The British Journal of Criminology*, 40, 399- 413.
- Félonneau, M. (2004). Love and Loathing of the City: Urbanophilia and Urbanophobia, Topological Identity and Perceived Incivilities. *Journal of Environmental Psychology*, 24, 43-52.
- Fernandes, A. T. (1992). *Espaço social e suas representações*. Comunicação não publicada, apresentado no VI Congresso Ibérico de Geografia, na cidade do Porto.
- Fischer, G., N. (1994). *Psicologia Social do Ambiente*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Foster, S., Giles-Corti, B., & Knuiam, M. (2010). Neighbourhood design and fear of crime: A social-ecological examination of the correlates of residents' fear in new suburban housing developments. *Health & Place*, doi:10.1016/j.healthplace.2010.07.007
- Foster, S., & Giles-Corti, B., (2008). The built environment, neighborhood crime and constrained physical activity: an exploration of inconsistent findings. *Preventive Medicine*, 47, 241-251.
- Garofalo, J. (1981). The fear of crime: causes and consequences. *Journal of Criminal Law and Criminology*, 72, 839-857.
- Giddens, A. (1991). *As consequências da modernidade*. São Paulo: UNESP.
- Jézéquel, A. (2004). *Memórias de território*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Lefebvre, H. (1974). *Le droit à la ville*. Paris: Editores Anthropos.
- Machado, C. (2004). *Crime e Insegurança: Discursos do medo imagens do "outro"*. Lisboa: Editorial Notícias.

- Manzo, L. (2005). For Better or Worse: Exploring Multiple Dimensions of Place Meaning. *Journal of Environmental Psychology*, 25, 67-86.
- Marques, F. & Brites, J. (2006). Estudo da Exposição à Violência na Caracterização do Espaço Físico. Dissertação final de curso em Psicologia Criminal e do Comportamento Desviante.
- Mesch, G. (2000). Perceptions of risk, lifestyle activities, and fear of crime. *Deviant Behavior: An interdisciplinary Journal*, 21, 47-62.
- Perkins, D., Brown, B. & Brown, G. (2004). Incivilities, Place Attachment and Crime: Block and Individual Effects. *Journal of Environmental Psychology*, 24, 359-371.
- Perkins, D., Wandersman, A., Rich, R., & Taylor, R. (1993). The Physical Environment of Street Crime: Defensible Space, Territoriality and Incivilities. *Journal of Environmental Psychology*, 13, 29-49.
- Rogan, R., O'Connor, M. & Horwitz, P. (2005). Nowhere to Hide: Awareness and Perceptions of Environmental Change, and their Influence on Relationships with Place. *Journal of Environmental Psychology*, 25, 147-158.
- Schneider, R.H., & Kitchen, T., (2007). *Crime Prevention and the Built Environment*. Routledge, New York.
- Vala, J., & Monteiro, M. (2002). *Psicologia Social*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Vigdor, J.L. (2010). Is urban decay bad? Is urban revitalization bad too? *Journal of Urban Economics*, 68, 277-289.
- Whitley, R., & Prince, M. (2005). Fear of crime, mobility and mental health in inner-city London, UK. *Journal Social Science & Medicine*, 61, 1678-1688.

### **Perceived risk and fear of crime in the characterization of physical and social space**

The human existence extends itself in a space-temporal coordinates frame (Giddens, 1991), determinant factors of the constitution and development of the social agglomerations. The anomaly that was born with the inurbanities and incivilities of the cities, accented and made solid in its development, makes possible a realistic perception in the person, that exists and where simultaneously acts, stability (central and protected spaces e.g., closed condominiums) and insecurity (delinquent spaces, peripherals and devaluated e.g., neighbourhoods). This dichotomy of good-bad, originates immobility and isolation, making impossible to someone to have certain behavioural responses, promoting fear. The fear increases the space separation and vociferates the exacerbate exclusion: segregation. Throughout this article we will look for to understand the genesis of the rupture surrounding man-environment.

KEY-WORDS: Perception of risk, fear of crime, environment, psychology and urban.

## Perception du risque et la peur du crime dans la caractérisation de l'espace physique et social

L'existence humaine s'étend dans un cadre de coordonnées spatio-temporelles (Giddens, 1991), facteurs qui déterminent la formation et le développement des agglomérations sociales. L'anomalie provoquée par l'inurbanité et les incivilités des villes, fort et solide dans son développement, donne à la personne une perception réaliste de l'existence de l'anomalie, de stabilité (par exemple, à travers des espaces centraux et protégés, et notamment de quartiers résidentiels dont l'accès est contrôlé, et dans lesquels l'espace public est privatisé – Gated communities ) et d'insécurité (espaces marginaux, périphériques et dévalués, comme les cités, par exemple). Cette dichotomie bon-mauvais, conduit la personne à l'immobilisme et à l'isolement, à l'absence de certaines réactions du comportement et à la promotion de la peur. La peur accroît la séparation spatiale et produit une exclusion exacerbée: la ségrégation. Tout au long de cet article, nous allons essayer de comprendre la genèse de la rupture être humain – environnement.

MOTS-CLÉS: perception du risque, peur du crime, environnement, psychologie et urbanisme.